

**Luís Reis Torgal\***

## **A UNIVERSIDADE ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE**

### **As críticas políticas e a “questão da Universidade”**

As caricaturas portuguesas do fim da Monarquia e do início da República (fins do século XIX - inícios do século XX), uma delas do célebre Rafael Bordalo Pinheiro, na famosa série *Álbum das Glórias* (1882)<sup>1</sup>, apresentam a Universidade ligada à Tradição e aos seus privilégios corporativos, como se fosse o símbolo do “conservadorismo” (monárquico ou de “antigo regime”, para ser mais convincente). Mas, será essa a verdadeira razão que poderá justificar a crítica à Universidade dita “conservadora”, ligada a uma forma de ensino autoritário, memorizador, acrítico e de “ciência escolástica”, fora do âmbito da realidade social ou da “modernidade”?

Teremos de repensar a questão da Tradição e da Modernidade segundo outros prismas para entendermos talvez a verdadeira “questão da Universidade”. Mesmo a lógica de que o saber e o ensino só podem ser “modernos” desde que enquadrados numa lógica de “progresso rectilíneo” não pode servir para averiguarmos o “estado da instituição”.

---

\* Professor Catedrático Aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, coordenador científico do grupo de investigação “Arquivo da Memória e História do Século XX”, do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20).

<sup>1</sup> O *Álbum de Glórias* foi saindo em fascículos, sendo a caricatura da Universidade de Coimbra datada de Novembro de 1882.

## As contradições políticas e culturais na época liberal

Recuemos na história.

Foram as teses “iluministas” e consequentes teses “cientistas” e filosóficas da *Enciclopédia* e de Condorcet (sobretudo a sua obra publicada postumamente em 1795, *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*) que geraram em Portugal um movimento pedagógico-científico que se verificou na Universidade com a reforma do Marquês de Pombal ou mesmo fora dela, como na depois criada — numa época que se disse “reaccionária”, conhecida em certos círculos como “viradeira” — Academia das Ciências (1779). É também certo que essa lógica gerou uma teorização kantiana de “conflito de faculdades” (*Der Streit der Fakultäten*, 1798), que se expressou na prática no início do século XIX, com repercussões ao longo da centúria, que desenvolvia a tese de que faculdades “naturais” (a “filosofia”, no sentido amplo) deveriam tomar o papel que até aí era ocupado pelas ciências então ditas “positivas”, a teologia e o direito, canónico e civil. Mas foram as teses da Convenção que apresentaram as concepções mais radicais, propondo inclusivamente não a “reforma” da Universidade, e, sim, a sua supressão, o que sucedeu em França no fim do século XVIII e no século XIX, até ao seu final, após a experiência centralizadora do ensino, napoleónica, supressão essa que levou à substituição da universidade por escolas autónomas, fora do paradigma universitário (corporativo) da instituição.

Em Portugal, a experiência convencionista, ou ideias de tipo semelhante que então pairavam, foi, porém, afirmada, tanto por autores de concepções políticas tradicionais, ou, pelo menos, por um defensor da ordem tradicional absolutista, contra a primeira revolução liberal, o militar e matemático Garção Stockler<sup>2</sup>, como por liberais

---

<sup>2</sup> O primeiro grande projecto de "Instrução Pública" pós-pombalino, mas anterior ao liberalismo, foi, na verdade, apresentado em 1799, pelo militar e matemático Francisco de Borja Garção Stockler (in, *Obras*, t. II, Lisboa, 1926), à Academia das Ciências, que, de resto, haveria de ser uma das instituições por onde passará a discussão dos problemas do ensino. Aliás, é provável que esse projecto, que Stockler procurou depois, em 1816, aplicar no Brasil e que durante o Vintismo apresentou nas Cortes liberais, apesar de, curiosamente, ter resistido nos Açores à revolução triunfante, tivesse sido elaborado com base em diversos pareceres apresentados na Academia. Esse projecto dividia já o ensino em quatro graus: o primeiro, de conhecimentos básicos, as "pedagogias", outro de sentido fundamentalmente prático, destinado a

assumidos de que são exemplos o bacharel médico José Pinto Rebelo de Carvalho (*O Censor Provinciano*, Coimbra, 1822-1823), ou o químico “estrangeirado” Luís Mousinho de Albuquerque<sup>3</sup>. No entanto, a abolição da única Universidade então existente, a de Coimbra, ou das faculdades “positivas” de Cânones e de Leis (como pretendia o professor de Filosofia, ex-clérigo e deputado liberal José Santos do Vale), não se verificou nunca. Só depois de 1836 é que, reflectindo as teses convencionistas, foram criadas escolas autónomas de algum significado no panorama do ensino (a Escola Politécnica de Lisboa e a Academia Politécnica do Porto). E no Brasil independente, em 1822, onde não existia qualquer universidade no período “colonial”, nenhuma foi criada também, ao invés do que seria de esperar, tendo de se aguardar a década de vinte do século XX (recorde-se que a Universidade do Brasil, do Rio de Janeiro, é de 1920) para encontrarmos uma instituição com essa designação, apesar de se terem criado importantes escolas autónomas<sup>4</sup>.

Mas, se sucedeu assim, é igualmente verdade que não desapareceu — nem talvez pudesse desaparecer, nem em Portugal nem no Brasil<sup>5</sup>, dado o sentido reconstitucionalizador da sociedade liberal — o “império do bacharel jurista” e também é certo que práticos e cientistas médicos e das “ciências naturais” que pensaram fazer alterar o rumo da ciência e da cultura nem sempre eram liberais e chegaram mesmo, alguns, a apresentar-se como tradicionalistas políticos, revolvendo as teorias do

---

agricultores, artistas e comerciantes, os "institutos", outro dedicado ao estudo das ciências e a todo o tipo de erudição, os "liceus", e, por fim, o ensino superior, as "academias", dedicadas a todo o género de ciências, desde as ciências naturais, matemáticas e médicas, às ciências militares e náuticas, às ciências jurídico-sociais e às belas artes. É interessante, sobretudo, o facto de se propor pela primeira vez a formação dos “liceus”, que vai ser uma das grandes obras liberais em matéria de ensino, e a fuga à terminologia clássica de "universidade", substituída por uma conceptologia mais geral e menos marcada pelo selo do "corporativismo", mais dificilmente ajustável a uma noção centralizadora e "pública" de ensino.

<sup>3</sup> Rebelo de Carvalho chamará às escolas de ensino superior "escolas centrais" e afirmará sem rodeios a proposta de extinção da Universidade: “A universidade não deve ser reformada; precisa de ser abolida e tratar-se quanto antes da organização de escolas centrais...”. Mousinho, como Stockler, chamar-lhe-á “academias” (*Ideias sobre o estabelecimento da Instrução Pública*, apresentado às primeiras cortes liberais). Ver o livro da nossa autoria e de Isabel Nobre Vargues, *A Revolução de 1820 e a Instrução Pública*, Porto, Paisagem, 1984.

<sup>4</sup> Ver Maria de Lurdes Faveiro, *Universidade do Brasil. Das origens à construção*, Rio de Janeiro, UFRJ, 2000.

<sup>5</sup> Sobre o caso de Portugal na sua relação com o Brasil, ver Ruth Gauer, *A Modernidade Portuguesa e a Reforma Pombalina de 1772*, Porto Alegre, EDIPUCRS, 1996.

“progresso rectilíneo”, negando-o ou pensando o andamento da civilização em *corsi e ricorsi*, em espiral, de tipo viquiano.

É esta a posição do “físico-mor do Reino”, miguelista e tradicionalista militante, José da Gama e Castro — opositor de uma ideia de progresso iluminista-liberal e defensor de uma lógica de progresso circular, à maneira de Giambattista Vico<sup>6</sup> —, que tomou posições firmes contra o “império dos bacharéis juristas”, nomeadamente dos magistrados, acusando-os de dominarem, numa espécie de “omnisciência” oportunista, todas as instituições e de desempenharem todas as funções<sup>7</sup>, ao mesmo tempo que desejava dar um sentido utilitário às faculdades de Matemática e de Filosofia (caso contrário deveriam ser extintas), adaptando-as às práticas de desenvolvimento do país<sup>8</sup>.

Este tipo de considerações críticas poderia, pois, ser apresentado por um liberal desejoso de alterar a sociedade no sentido da eficácia e da justiça. Todavia, a lógica viquiana, que, neste caso de Gama e Castro, subjaz a uma consideração política antiliberal e antidemocrática, mas que poderia ter outras interpretações, não a encontramos na “geração de setenta”, nem mesmo em Oliveira Martins que, apesar de conhecer Vico e de ter apreciado algumas das suas teses, se sentiu atraído mais para a filosofia da história de Condorcet. Mas, o que estava em causa na lógica socialista

---

<sup>6</sup> “Entendamo-nos por uma vez. Quando se trata da civilização das nações, ou não há verdadeiro progresso, nem verdadeiro regresso, ou o que se chama progresso é muitas vezes regresso e vice-versa: porque os diferentes passos que uma nação pode dar na carreira da sua perfectibilidade política, em vez de formarem, como erradamente se pensa, uma linha recta cujas extremidades nunca se podem tocar, e onde cada ponto que se vai seguindo jamais pode tornar a cair no que se deixa, não formam senão uma linha curva, e até um verdadeiro círculo em que o mesmo espaço andado é sempre corrido de novo, enquanto há movimento. Por outras palavras: o andamento progressivo da civilização das nações há-de ser sempre o mesmo, porque é a consequência necessária da natureza do homem, que também não pode mudar.” (*O Novo Príncipe*, 1841: na edição de Lisboa, Pró Domo, 1945, secção II, cap. IV, p. 71).

<sup>7</sup> “Uma estranha preocupação se tem, há longo tempo, estabelecido entre nós, que nem a experiência, nem a razão tem podido até agora destruir. É esta espécie de omnisciência que tão gratuitamente se atribui aos indivíduos empregados nas funções da magistratura. Por mais alheio que qualquer objecto seja da sua profissão, ninguém se presume em melhores circunstâncias de o desempenhar que um magistrado. Trata-se de melhorar a barra de Aveiro? Encarrega-se a direcção deste trabalho a um desembargador. Pretende-se construir uma ponte sobre o Tâmega? Confia-se a um desembargador a execução do projecto. Precisa-se de um inspector geral das amoreiras? É ainda um desembargador. Finalmente, ainda há bem poucos anos que vimos um desembargador, que acabava de ser ministro de Estado da repartição das justiças, feito capitão-general de uma das nossas províncias ultramarinas!! Bem dizia, não sei que jurisconsulto: *Omnia in jure civili inveniri.*” (*ob. e ed. cit.*, secção VIII, Parte II, cap. I, § 1.º, p. 341).

<sup>8</sup> *Ob. cit.*, sec. IX, cap. I, § 3.º, pp. 374-378.

proudhoniana de Antero ou de Oliveira Martins<sup>9</sup>, que tomaram posição contra o pensamento eleitoral de liberais e republicanos e a sua filosofia de uma democracia política, era afinal uma visão social do mundo, que por vezes abusivamente fez com que fossem aproximados das correntes contra-revolucionárias pelos integralistas do século XX.<sup>10</sup>

Já a política descontrolada de “fazer bacharéis” tanto nos aparece nas concepções tradicionalistas de Gama e Castro<sup>11</sup>, como nas concepções de Ramalho Ortigão, escrevendo um saboroso texto para ilustrar a caricatura da Universidade do republicano social e crítico das práticas dos políticos e das políticas liberais Rafael Bordalo Pinheiro<sup>12</sup>. Os pressupostos ideológicos é que naturalmente são diferentes, pois os contra-revolucionários acreditavam numa sociedade conservadora e hierarquizada e os liberais sociais e os socialistas consideravam que o que estava em causa era um Estado com preocupações sociais. A Universidade deveria, pois, ser estruturada de acordo com esses tipos diferentes de interesses. Ou seja, as críticas concretas à Universidade — sempre resultantes de considerações particulares e ângulos de visão próprios — têm de se integrar em “paradigmas” e é essa lógica que torna diferentes as concepções de Universidade.

---

<sup>9</sup> Ver Norberto Ferreira da Cunha, “Giambattista Vico na cultura portuguesa (Das luzes à geração de 70)”, in *Fórum*, n.º 30, Jul.-Dez. 2001, p. 3-54.

<sup>10</sup> Ver do autor, “Antero de Quental nas leituras «integralistas»”, in *Revista de História das Ideias*, n.º. 13, Coimbra, 1991 pp. 401-439, ou “Antero «Mestre da Contra-Revolução». Ensaio de Análise das leituras «integralistas»” in *Congresso Anteriano Internacional. Actas* Ponta Delgada, 1993, pp 787-803, e “Oliveira Martins visto pelos ‘Integralistas’”, in *Biblos* – 1ª. Parte da Miscelânea em honra da Doutora Maria Helena Rocha Pereira, vol. LXXI, 1995 (saído em 2000), pp. 351-360.

<sup>11</sup> Ver *O Novo Príncipe*, sec. IX, cap. I, § 1.º, p. 361 ss. Neste passo Gama e Castro revolta-se contra “o número de pedantes e semi-doutos que todos os anos têm saído da Universidade por coortes e legiões”, que compara a “famílias de insectos importunos e malfazejos, que, enquanto vivem, só servem para destruir a esperança do lavrador, e, depois de mortos, só deixam a lembrança dos estragos que fizeram.” (p. 365).

<sup>12</sup> A caricatura da Universidade de Coimbra intitula-se “Alma Mater. A Mãe dos Bacharéis”. Depois de apresentar os defeitos da Universidade, afirma Ramalho em texto assinado por *João Ribaixo* (um dos seus pseudónimos): “Apesar porém de todos estes sintomas de senilidade caduca, a Universidade conserva-se fecunda e prolífica, não cessando jamais de criar bacharéis na mesma abundância maravilhosa com que o Mondego cria lampreias, e Santo António dos Olivais cria pencas de manjar branco. Depois de haverem bebido todo o leite da sabedoria que a Universidade lhes propina, os bacharéis acabam por via de regra estoirando de fome ou indo à sua própria custa aprender outro ofício menos estéril que o de bacharelar.”

## **O fim da Monarquia, a transição para a República e as posições de lentes “republicanos”**

A Universidade foi, todavia, evoluindo, assim como a mentalidade, com gerações que marcaram a história da cultura com as críticas ao tradicionalismo universitário, como sucedeu com a geração académica dos anos sessenta do século XIX e como sucederá com a geração do primeiro decénio do século XX, nomeadamente com a da greve de 1907, de formação fundamentalmente republicana, se bem que alguns dos seus mentores, que, como era usual, atacaram a Faculdade de Direito e o seu “despotismo”, haveriam de seguir por vias políticas distintas, mesmo com adesão ao “fascismo” ou ao Estado Novo. Entretanto, as mulheres entravam pela primeira vez na Universidade: Domitila de Carvalho, em 1891-92, inscreve-se nos preparatórios médicos de Filosofia e Matemática, vindo a formar-se em Medicina em 1905. A partir daí subiu, naturalmente, o número de mulheres universitárias, havendo nas vésperas da República, 1909-1910, cinco mulheres matriculadas, contando-se por 23 aquelas que frequentaram a Universidade até ao 5 de Outubro, dia da vitória republicana.<sup>13</sup>

Nesse final do século XIX e inícios do século XX, em Portugal, verificou-se também, por sua vez, uma nova luta dos “cientistas”. Defenderam os seus intérpretes uma lógica de Universidade humboldtiana, apontando para a investigação, mas não perdendo o sentido de uma instituição que teria de ser dinamizada pelo poder central, ainda que com autonomia no campo que lhe era próprio. Mas, noutra variante, também se optou por uma lógica autonomista de tipo “neo-corporativo”, com um grande dinamismo científico, numa concepção de tipo anglo-saxónico, sem, no entanto, perder de vista a reestruturação da Universidade em França. Por outro lado, defendeu-se uma universidade laica, afastada definitivamente da dogmática e dos rituais católicos e eclesiásticos.

Estas teses foram defendidas num dos actos mais tradicionais dos rituais académicos, as orações de Sapiência, ou, em latim, *de Sapientia*, por professores que nem eram propriamente militantes republicanos “históricos” (que os houvera também): Bernardino Machado, da Faculdade de Filosofia (Antropologia Física), que pertencera ao

---

<sup>13</sup> Ver Joaquim Ferreira Gomes, *A mulher na Universidade de Coimbra*, Coimbra, Livraria Almedina, 1987.

Partido Regenerador monárquico, e fora deputado, par do Reino e ministro do governo regenerador de Hintze Ribeiro, só se tornando republicano no final da Monarquia Constitucional, depois de ter defendido em algumas obras de referência ideias avançadas do ponto de vista pedagógico; Sobral Cid, médico (um dos iniciadores da Psiquiatria em Portugal), que pertencera também ao Partido Regenerador, de que fora deputado, e que só igualmente no fim no Monarquia haveria de dissentir da maioria monárquica dos professores de Coimbra, vindo depois a ser, durante a República, ministro da Instrução Pública do governo de Bernardino Machado; o matemático e militar Sidónio Pais, também chegado tardiamente ao republicanismo, que haveria em 1917-1918 de representar na República a sua via presidencialista, com uma Ditadura odiada por todas as correntes republicanas; Eusébio Tamagnini, professor de Filosofia (Antropologia), que não teve propriamente (que se saiba) nenhuma opção partidária, até que, certamente pela força das ideologias antropológicas eugenistas e racistas, se veio a tornar defensor de teses de direita, aderindo ao nacional-sindicalismo e chegando a ser ministro da Instrução Pública de Salazar.

Bernardino Machado<sup>14</sup> fez uma crítica geral à Universidade e à falta de apoio que lhe era concedida pelo Estado, entendendo-a como uma escola de cidadania e, numa lógica geométrica, relacionava os sistemas liberais com um ensino de qualidade e formador de cidadãos e um “governo despótico” com um “ensino despótico”. Sidónio Pais<sup>15</sup> fez a defesa mais incisiva da Universidade laica, lutando contra “clericalismo”, que caracterizava a tradição e os ritos ainda existentes. Mas, Sobral Cid, ao invés, procurava encontrar nos sistemas inglês e americano, que mantinham uma universidade ligada à tradição mas ciosa de uma cultura intelectual e física de modernidade, um dos seus paradigmas. O outro era o sistema de W. Humboldt para a Universidade de Berlim, do início do século XIX, como se disse, profundamente ligado à ciência e que apelava,

---

<sup>14</sup> Ver “Oração inaugural do anno lectivo de 1904-1905...”, in *Anuario da Universidade de Coimbra, 1904-1905*, pp. XXIX-XLVI. A oração de sapiência de Bernardim Machada foi recentemente reeditada em *Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Orações de Sapiência. Século XX*, Coimbra, 1997, p. 13 ss.

<sup>15</sup> “Oração de Sapiência. Recitada na sala grande dos actos, no dia 16 de Outubro de 1908...”, in *Anuario da Universidade de Coimbra, 1908-1909*, pp. XLIII-XIV. A oração de sapiência de Sidónio Pais foi também recentemente reeditada in *Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Orações de Sapiência. Século XX*, p. 35 ss.

simultaneamente, para a autonomia universitária e também para a responsabilidade do Estado. Assim, no seu pensamento, apareciam a Tradição e a Modernidade juntas, sintetizadas nesta frase, a qual (segundo ele) caracterizava as instituições universitárias alemãs: “Não existem no mundo mais formosos monumentos para celebrar a aliança da tradição com os mais altos ideais da civilização moderna”.<sup>16</sup> Quanto a Eusébio Tamagnini, também ele falou sobre a Universidade numa oração de sapiência proferida na Universidade de Coimbra em Outubro de 1909, um ano antes da proclamação de República. Aí criticou o estado da Universidade portuguesa, destacando, todavia, que idênticas críticas eram feitas em França e nos Estados Unidos relativamente às universidades daqueles países. Falou, porém, como os demais, da falta de apoios, não só do Estado como das Câmaras Municipais e dos particulares, à Universidade, tomando igualmente uma posição idêntica a outros intelectuais e professores, que é transversal a todas as épocas. A falta de interesse do país pela ciência e pela educação, poderia resumir-se (como dizia) na seguinte conclusão: “... o que qualquer pai de família zeloso e fiel cumpridor dos seus deveres exige para os seus filhos é um curso, o diploma final, o resto pouco importa. Ter um filho formado é a aspiração suprema de todo o bom português”.<sup>17</sup>

Mas, as críticas de Eusébio Tamagnini não podem ser isoladas das posições que veio a tomar, conforme atrás referimos. Como sequência desta oração de sapiência, poderemos dizer que em 1934 voltou de novo a falar na sala grande dos actos da Universidade de Coimbra. Então, envolvendo-se em áreas próprias da sua especialidade, falou do homem e do problema da população, terminando com esta afirmação bem sintomática da sua ideologia “fascista” (“à portuguesa”):

“A questão — como diz Paul Popenhoe — está posta em termos tais que nenhuma Nação, nenhum Povo, pode ignorar.”

---

<sup>16</sup> Ver “Oração de Sapiência. Recitada na sala grande dos actos da Universidade, no dia 16 de Outubro de 1907...”, in *Anuario da Universidade de Coimbra, 1907-1908*, pp. XXXVII-LXVI. O passo transcrito encontra-se na p. XLII.

<sup>17</sup> “Oração de Sapiência. Recitada na sala grande dos actos da Universidade, no dia 16 de Outubro de 1909...”, in *Anuario da Universidade de Coimbra, 1909-1910*, pp. XXXI-XLV. Esta oração também foi recentemente reeditada in *Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Orações de Sapiência. Século XX*, p. 51 ss.



Podem discutir-se pormenores, pode discordar-se de certos processos, mas o que ninguém pode contestar é a seguinte afirmação de Adolf Hitler:

"Numa época em que as raças se estão intoxicando a si próprias, o Estado que devote os seus cuidados aos seus melhores elementos étnicos dominará um dia o Mundo."

Longe de nós ideias imperialistas: o que afirmamos é simplesmente a necessidade duma *revalorização nacional*.

Que a Nação portuguesa seja eterna e os seus filhos valores mentais e morais dignos de respeito e consideração no conceito das Nações cultas.<sup>18</sup>

Portanto, o que voltamos a querer dizer é que não poderemos nunca avaliar as considerações sobre a Universidade se não partirmos da sua integração em contextos que marcam os seus paradigmas.

### **A “geração da República”, as suas reformas, e os novos paradigmas da transição da República para o Estado Autoritário**

A “geração de República” — recorde-se que a Primeira República portuguesa surgiu em 1910, sendo a terceira existente na Europa (depois da tradicional Confederação Helvética e da República Francesa) — realizou algumas reformas fundamentais, como: a criação de duas novas universidades, a de Lisboa e a do Porto; a recomposição das linhas do saber, com a junção das faculdades de Filosofia e de Matemática na Faculdade de Ciências; a criação das Faculdades de Letras, em Coimbra, em Lisboa e, mais tarde (1919) e episodicamente, no Porto, numa concepção que se pretendia mais moderna; a criação de Escolas Normais Superiores ligadas às Faculdades de Ciências e de Letras, que foram consideradas muito importantes como veiculadoras de novas teorias pedagógicas, didáticas e psicológicas; a criação de Faculdades de Farmácia; a formação do Instituto Superior Técnico de Lisboa (criado em 1911, no âmbito do ministério da Fazenda, e, de algum modo, sucedâneo da Escola Politécnica) e uma escola de engenharia no Porto, que

---

<sup>18</sup> Eusébio Tamagnini, "Lição inaugural do ano lectivo de 1934-1935", in *Revista da Faculdade de Ciências*, vol. V, nº. 1, Coimbra, 1934, pp. 7-28. O passo transcrito encontra-se na p. 28. Esta oração também foi recentemente reeditada in *Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Orações de Sapiência. Século XX*, p. 91 ss.

sucedeu à Academia Politécnica anexa à Faculdade de Ciências; a afirmação de uma escola laica (entre outras medidas, foi extinta a Faculdade de Teologia) e a diminuição de importância dos rituais universitários, etc. Surgirão, entretanto, as “universidades livres” (ou populares), de que já falavam os professores republicanos (como Bernardino Machado, na sua oração de sapiência), que constitui o verdadeiro modelo de uma concepção de cultura democrática, socializada, aberta a todos os cidadãos.

Trataram-se de medidas que poderão ser consideradas “modernas”. Todavia, a Universidade — contrariamente à propalada defesa da autonomia, que era uma imagem de marca da ideologia republicana — não deixou, na prática, de acabar por ser ligada ao poder central. Além disso, poderá dizer-se que o peso das faculdades de Direito, em Coimbra e em Lisboa, reafirmou-se, como se manteve o “juridismo” da sociedade portuguesa, tão criticado à esquerda como à direita. Não se pode esquecer que o papel dos juristas na formação das “novas” formações políticas e sociais é uma situação constante. Assim, pese embora a importância de outros sectores, como os médicos durante a República e depois, mas numa perspectiva económico-social, os juristas estarão no cimo das elites sociais e políticas, quer na formação da Monarquia Liberal, como na formação do regime republicano, assim como sucederá no Estado Novo e na democracia do pós-25 de Abril. Ao contrário, a via tecnológica e científica nunca atingiu níveis significativos, apesar de, como sempre, poder haver bolsas de desenvolvimento.

Por outro lado, em breve regressaram à Universidade os seus usos tradicionais, com o retorno ou a reinvenção dos rituais, à medida que os professores e os estudantes católicos e integralistas iam tomando posição. A uma geração “revolucionária” seguia-se uma geração “reaccionária”, tradicionalista, conservadora ou “revolucionária de direita”, defendendo ambas, como sucederá com as seguintes gerações, a sua identificação como “novas”, como “vanguardas”, mesmo como “modernas”. De resto, alguns jovens modernistas e futuristas, em Portugal, como sucedera na Itália (D’Annunzio ou Marinetti), e mesmo como em certos casos sucederá no Brasil (o caso de Plínio Salgado), entrarão decididamente por uma via “fascista” ou colaborarão com as ideologias da “nova direita” ou pelo menos colaborarão com os Estados autoritários que se institucionalizaram, sem com eles por vezes se quererem identificar, sobretudo quando neles se acentuava a perspectiva conservadora “de regime”. E as mulheres foram subindo

de número durante a República (frequentaram então a Universidade, de 1910 a 1926, ano da revolução dita “nacional”, 280 mulheres), como subirão durante o Estado Novo. E verificar-se-á que, se algumas delas na Primeira República foram activistas feministas, sem que conseguissem nesses dezasseis anos ter direito de voto, tornaram-se depois, no Estado Novo, o sector mais conservador da comunidade estudantil, tendo obtido um direito de voto limitado na lógica corporativa e participado na organização e na direcção da Obra das Mães para a Educação Nacional (OMEN) e na Mocidade Portuguesa Feminina (MPF)<sup>19</sup>. E será ainda na Primeira República que surgirá a primeira mulher professora, a alemã por nascimento e portuguesa por casamento e sensibilidade, Carolina de Michaëlis de Vasconcelos.

Na transição da República para o Estado Novo — recorde-se que Salazar, ministro das Finanças em 1928, era professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra — vão destacar-se dois paradigmas.

Por um lado, como seria óbvio, uma universidade ligada ao Estado (o que será um Estado Corporativo, autoritário, de ideologia única, que não deixava de salientar o seu carácter tecnológico adaptado pragmaticamente às realidades do desenvolvimento, que foi sempre um dos pontos característicos da dinâmica fascista). Aliás, depois da Universidade de Coimbra, várias vezes centenária, e das universidades de Lisboa e Porto, criadas no início da República, Portugal vai conhecer em 1930, ano fundamental de arranque do processo do Estado Novo, a quarta universidade, a Universidade Técnica de Lisboa.

Por outro lado, nesse ano de 1930, foi publicada a famosa conferência proferida a convite da *Federación Universitaria Escolar de Madrid*, de Ortega y Gasset, que vai influenciar e dar corpo a uma linha de defesa da Modernidade para que apontavam alguns intelectuais desiludidos com o demoliberalismo político da Primeira República, mas que se opunham também ao nacionalista autoritário.

Mas, o ponto alto e de arranque das duas linhas verificar-se-á em 1933, altura em que foi “plebiscitada” a Constituição Política do Estado Novo, que deu ao regime um

---

<sup>19</sup> Ver Irene Flunser Pimentel, *História das organizações femininas no Estado Novo. O Estado Novo e as mulheres. A Obra de Mães pela Educação Nacional (OMEN) e a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000.

carácter “institucional”, mesmo que a prática viesse contradizer qualquer marca de liberdade que subsistisse no seu aparelho legal. Assim sucedeu com o artigo 8.º da Constituição de 1933, sobre a cidadania e as liberdades, logo cerceadas a partir do mesmo dia em que a lei fundamental foi promulgada.

### **O paradigma da Universidade em tempo de “fascismo”**

Para se ter uma ideia do paradigma da Universidade no Estado Novo e já na Ditadura Militar que o precedeu, vejamos alguns dos seus contornos, lançando mão de textos portugueses e do discurso alemão, publicado numa revista portuguesa universitária da época, mas também referindo as linhas da legislação das reformas que se verificaram em Portugal.

Em breve, por leis que foram saindo, desde 1928 (ainda no tempo da Ditadura Militar), o reitor passou a ser escolhido e nomeado pelo governo, os estudantes deixaram de ter participação nos órgãos universitários, a direcção da Associação Académica deixou de ser eleita para ser governada por uma comissão administrativa nomeada pelo governo, foi abolida em Coimbra a Imprensa da Universidade (entendida como editora de possíveis “textos perigosos”), deu-se a referida criação da Universidade Técnica, foram abolidas as Escolas Normais Superiores ligadas às Faculdades de Letras e de Ciências, extinguiu-se a licenciatura de Farmácia em Coimbra sendo reduzida a um curso de bacharelato, houve uma tentativa falhada para extinguir em Lisboa a Faculdade de Direito, mas conseguiu mesmo abolir-se a Faculdade de Letras do Porto, ligada a uma lógica republicana. Todavia, não deve deixar de se salientar que foi nessa altura também (1929) que foi criada a Junta de Educação Nacional, que teve como sequência o Instituto para a Alta Cultura (1936), ambas as quais tinham como objectivo desenvolver a cultura científica e promover e subsidiar a investigação.

Portanto, havia, por um lado, uma lógica economicista (de acordo, de resto, com a “ditadura das finanças” de Salazar, iniciada em 1928), e o despertar para o desenvolvimento das ciências aplicadas e para uma política de investigação e, por outro lado, uma concepção centralista e antidemocrática e a tentativa de criar espaços

universitários distintos. Ou seja, Coimbra mantinha-se essencialmente como centro universitário “tradicional”, humanista e jurista (a Medicina aparecia em todas as universidades), Lisboa tomava uma posição polifacetada, em termos de centro de formação junto do poder, e o Porto, “cidade do trabalho” (como era costume dizer-se) era caracterizado por uma universidade virada sobretudo para as áreas de engenharia. Deve dizer-se que cursos de Sociologia ou de Psicologia não tinham lugar na Universidade como autónomos e foram surgindo muito tardiamente no quadro do ensino superior. Por sua vez, a Universidade Católica, considerada dificilmente controlável pelo Estado, só surgiu no final dos anos sessenta e as universidades particulares, com uma lógica empresarial, só praticamente apareceram depois de 25 de Abril de 1974. Por outro lado, acrescenta-se que houve, em Coimbra e em Lisboa, uma tentativa para “modernizar” a cidade universitária, criando uma de raiz (a de Lisboa) e outra, a de Coimbra, construindo novos edifícios ou adaptando outros, no lugar mítico da já existente “cidade universitária”, na “colina sagrada”, como se dizia, o que provocou a destruição de parte da cidade antiga. Daí resultou uma contraditória discussão em defesa da Tradição ou um discurso de Modernidade, assumidos tanto por salazaristas como por democratas.

Vejamos agora apenas um passo de um texto, se não oficial, pelo menos que representava os conceitos essenciais da Universidade tal como os regimes autoritários / totalitários desejavam. Trata-se do folheto publicado em 1934 pela Editorial Vanguarda, intitulado *O problema universitário em Portugal*.

Defensor de um nacionalismo totalitarista, o texto, sem autor, afirma com uma grande clareza de princípios:

Dentro do Estado Novo, não há, e não pode haver duas opiniões: Estado de tendências totalitárias, o Problema universitário terá que subordinar-se, na sua solução, às directrizes ideológicas que inspiram o Estado Novo. A Universidade terá que viver integrada no Estado Novo, e não à margem do Estado, alheia ao Estado, e quando Deus quer, inimiga do Estado. A Universidade, vivendo integrada no Estado, tem que pôr as suas actividades, todas as suas canseiras, ao serviço do Estado, no campo que lhe é próprio. Dentro da atmosfera do Estado Novo,

ela tem que ser nacionalista, e não internacionalista; corporativista, e não liberalista; organicista, e não democrática<sup>20</sup>.

E, depois de ter defendido a Universidade de Coimbra (onde Salazar fora professor) e de atacar o movimento de "Renovação Democrática" (grupo que defendeu a reforma da República e uma mudança profunda na Universidade), de ter afirmado o "totalitarismo" do Estado Novo, que deveria integrar as instituições nos seus princípios e de execrar o bolchevismo estudantil, mais frequente em Lisboa e no Porto, termina num apelo retórico de nacionalismo dirigido à juventude, bem ao gosto do fascismo:

A Mocidade passa uma hora difícil, porque os ventos que sopram e a tentam, são vários e desvairados. Urge empolgá-la, conquistá-la e conduzi-la a destinos gloriosos — quais sejam o de servir incansavelmente e desinteressadamente a sua Pátria, que é a mais bela de todas as Pátrias, escutando assim a palavra formosa do Poeta:

*Ó mocidade heróica e bela,  
Morre a cantar!... morre... porque ela  
Reviverá!*<sup>21</sup>

Mas, para além deste texto português, verdadeiramente elucidativo, e da influência da propaganda do fascismo italiano<sup>22</sup>, anotemos como se verificava na universidade a propaganda nazi, no caso de Coimbra através de uma revista de cultura, que tivera inicialmente outros pressupostos e outras finalidades.

Com efeito, os cinco primeiros volumes do *Boletim do Instituto Alemão*, de 1926 a 1935 (a publicação acabou por não ter uma periodicidade certa, nem uma numeração uniforme), revelaram sobretudo interesses culturais, abordando temas alemães e portugueses, normalmente conexos. Fora disso, nos primeiros números, ainda da década de 20, reflectem-se alguns problemas sobre a Instrução Pública e sobre a Educação na

---

<sup>20</sup> *O Problema Universitário em Portugal*, Editorial Vanguarda, Avenida da Liberdade, 3-2º, Lisboa, 1934, pp. 11-12.

<sup>21</sup> *Ob. cit.*, p. 38. O passo transcrito faz parte, curiosamente, de um poema de Guerra Junqueiro, considerado o "poeta da República" e que, assim, foi *utilizado* pelo nacionalista totalitário.

<sup>22</sup> Ver Jorge Pais de Sousa, *Uma biblioteca fascista em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007.

República de Weimar. Mas, a partir do volume VI-VII, de 1937, afirmam-se com toda a clareza as tendências político-culturais nazis.

Logo nesse volume de 37 publicava-se uma série de artigos sobre temas fundamentais para o nacional-socialismo, de que destacamos: o extenso texto "A ideia da Universidade Política", de Adolf Rein, reitor da Universidade de Hamburgo, e as curtas reflexões (os textos completos haviam sido editados nas *Publicações do Instituto Alemão*) sobre os temas "Nacional-socialismo e Ciência", do ministro da Educação Nacional do *Reich*, Bernhard Rust, e "O problema da objectividade da Ciência", do reitor da Universidade de Heidelberg, Ernst Krieck, que constituíam dois discursos proferidos na sessão comemorativa do jubileu da mesma Universidade, em 1936.

A concepção veiculada em todos eles é idêntica. Pretende-se defender as ideias de que, apesar da objectividade da ciência, ela não é incompatível com a ideologia, nem com a sua ligação ao Estado, e de que a ciência precisa de se tornar prática, para justificar o seu valor, dado que já não tem significado "a ideia de humanidade e a doutrina da pura razão humana e do espírito absoluto", que constituiu um princípio ideológico do século XVIII. Diz Krieck: "À razão da humanidade, abstracta, segregada e ideológica, opomos a realidade dos caracteres étnicos, aos quais estão ligados também a razão e as modalidades de conhecimento"<sup>23</sup>. E explicita depois: "Nós aspiramos agora a uma ciência que forme o homem integral tendo em vista a grande tarefa da formação etnicopolítica que nos cabe"<sup>24</sup>. Por sua vez, o ministro da Educação do *Reich*, apelando para a ideia da ciência e da educação na *Pólis* grega — "Sentimos subitamente uma profunda intimidade com povo da Hélade"<sup>25</sup>—, e Krieck, apelando para as concepções que iam do *Aufklärung* a Nietzsche, habilmente aproveitadas, criticadas e superadas, pretendia defender uma ciência ao serviço do "homem integral" pensado no seio da Alemanha nazi, com a esperança de que os "sábios de outros povos" se encontrassem um dia no mesmo caminho<sup>26</sup>. Não se pretende — afirma-se — que o Estado prescreva o caminho da ciência, mas que a ilumine: "O Nacional-socialismo não veio para fazer prescrições, para

---

<sup>23</sup> "O problema da objectividade da Ciência", *Boletim do Instituto Alemão*, vols. VI-VII, p. 214.

<sup>24</sup> *Art. e ob. cits.*, p. 216.

<sup>25</sup> "Nacional-Socialismo e Ciência", *Boletim do Instituto Alemão*, vols. VI-VII, p. 211.

<sup>26</sup> "O problema da objectividade da Ciência", *idem*, p. 216.

dar preceitos à ciência e para privá-la da sua independência, mas deu-lhe um novo fundamento, do qual pode aurir, à força da sua auto-certeza"<sup>27</sup>. E termina o ministro Rust:

Desconhece-se a profundidade da revolução espiritual provocada pelo nacional-socialismo quando se pensa que ele dá novas tarefas à ciência só por exigências ou necessidades práticas. Certamente, o Estado nacional-socialista não receia chamar a ciência para a solução dos seus problemas, porém o elemento decisivo neste particular não está nestas finalidades técnicas mas em que o nacional-socialismo, com a sua visão do homem, não só opera, frutificando sobre as diversas disciplinas, não só abre novos caminhos a nova concepção do direito, a nova compreensão do médico, etc. mas em que ele restitui à ciência o ponto de união que perdera e do qual ou sobre o qual pode livremente levantar o seu novo edifício.<sup>28</sup>

A questão da Universidade é posta de modo idêntico no artigo citado sobre a "Universidade política", do reitor de Hamburgo. Fala de três tipos de universidade: a "universidade teológica", dominada pelas doutrinas de teologia que irromperam com os Concílios, a Reforma e a Contra-Reforma; a "Universidade filosófica e humanística" que saiu do Iluminismo e se difundiu com o "Estado onnipotente", entrando pela Revolução burguesa e pelo liberalismo; e a "Universidade política" que se estava a construir. Depois dos erros da Universidade popular, que se afirmou com o individualismo burguês e com o marxismo e que constituiu a primeira forma de "Universidade política", surgiria um novo tipo, que tinha como base a ideia do "novo Estado". É então que surge uma Universidade onde a ciência não está subordinada ao Estado, mas que se interliga com o Estado, onde o professor não é um "funcionário", mas que não pode estar contra os fins do Estado. Daí que entenda que a Universidade deve assumir três características fundamentais:

"Concentração", e não "liberdade arbitrária", ou seja, concentração nas disciplinas que devem ser estudadas, nos métodos de ensino, na escolha dos estudantes. "Onde há concentração e selecção, afirma-se a solidariedade nacional; *universitas* como um todo íntimo (*innerlich Ganzes*) de investigadores, professores e alunos, mas não como um todo somado, onde se não fez mais do que regulamentar a oferta e procura das ciências"<sup>29</sup>.

---

<sup>27</sup> "Nacional-Socialismo e Ciência", *idem*, p. 212

<sup>28</sup> *Idem*, p. 213.

<sup>29</sup> "A ideia da Universidade Política", *idem*, p. 141.



"Severidade e disciplina", sobretudo no que dizia respeito às matérias a tratar, que deveriam ser adequadas à realidade do Estado. "Filosofia e filologia terão de perder muito do seu carácter histórico. Disciplinas que até agora tiveram culto exagerado, serão diminuídas; excessos polihistóricos e antiquários das chamadas ciências culturais, serão reduzidos; tudo o que for puramente cultural deixará de ter lugar permanente na Universidade, mas apenas será hóspede passageiro; disciplinas que até agora eram desprezadas, serão desenvolvidas ou introduzidas de novo: — por exemplo, falar do Estado sem que a ciência da guerra seja referida é um absurdo. As artes não poderão faltar em nenhum lugar de verdadeira cultura, por isso serão as artes mais importantes do que a história das artes"<sup>30</sup>.

Finalmente, nesta "Universidade política" procurava conceder-se, como era óbvio, um papel particular à Política, constituindo ela uma faculdade formada por disciplinas de todas as outras que lhe diziam respeito. Na verdade, tal representaria mais do que uma faculdade: "Uma tal *Faculdade política* ou comunidade das disciplinas politicamente importantes encontraria em questões de ensino e investigação ou mesmo de profissão, a sua acção própria. Visto que este órgão teria de ser constituído por membros de todas as Faculdades, formar-se-ia assim um órgão de ligação científica e de unidade dentro da Universidade, razão pela qual se poderia designar este órgão mais justamente por Senado científico, que seria adjunto ao Senado administrativo"<sup>31</sup>.

Eis algumas sugestões apresentadas por Adolf Rein para a organização da Universidade, que se coadunavam afinal com as teses sobre a ciência. Demos-lhe algum desenvolvimento não porque elas tivessem uma particular influência na concepção da Universidade em Portugal, apesar dela assumir também algumas destas teses, mas para entendermos como se desenvolvia a propaganda nazi na Universidade portuguesa e, sobretudo, para termos uma ideia mais exacta das características deste paradigma, na sua forma mais radical.

### **O paradigma da “Universidade Cultural”**

---

<sup>30</sup> *Art. e lug. cits.*, p. 142.

<sup>31</sup> *Idem*, p. 142.

Passemos agora a outro paradigma de Universidade que surgia no contexto da acção do movimento de “Renovação Democrática”, criado em 1932 e que lançou uma discussão acesa sobre o estado do ensino em Portugal, acompanhado por outros movimentos de renovação republicana, como a “Seara Nova” e alguns professores democratas existentes nas universidades portuguesas. Se não constitui ainda uma teoria de oposição à Universidade entendida pelo Estado autoritário — em Portugal ele estava apenas em formação, ainda que com origens desde 1928 ou mesmo antes —, era uma alternativa a um caminho que verificava existir em processo de gestação.

O grande marco deste paradigma é, como dissemos, o texto de Ortega y Gasset, *Misión de la Universidad*, publicado em Madrid em 1930<sup>32</sup> e só mais tarde traduzido para português em 1946 pela “Seara Nova”<sup>33</sup>.

A sua ideia fundamental é que a Universidade tem de ser “autêntica”, ou seja, tem mesmo de desempenhar a sua “missão”, como pode e como deve, e para isso não deveria seguir nem uma via “casticista” como não poderia seguir a lógica das chamadas — dizia ironicamente — “universidades de povos exemplares”, como a Inglaterra ou a Alemanha. Num tempo de profunda crise cultural da Europa<sup>34</sup>, entendia Ortega que o principal objectivo da Universidade seria transmitir cultura, que não se poderia confundir com a simples preparação profissional, que a Universidade precisava de dar, mas também não se poderia confundir com ciência, que todavia seria o grande base da cultura entendida como “sistema vital das ideias de cada tempo”. Por isso, a Universidade deveria ser acima de tudo, uma “Universidade de Cultura”, deveria inserir-se nos problemas do seu tempo, não se podendo identificar com investigação científica. Mas, porque a cultura é diferente mas inseparável de ciência, a Universidade deveria ser “além disso”... ciência.

---

<sup>32</sup> *Misión de la Universidad*, Madrid, Revista de Occidente, 1930. Trata-se de uma conferência realizada a pedido da *Federación Universitaria de Madrid*, que Ortega veio depois a publicar desenvolvida, em volume e no jornal *El Sol*, e que considerava ser uma introdução a um futuro curso intitulado *La idea de la Universidad*.

<sup>33</sup> *Missão da Universidade*. Versão portuguesa de Sant'Anna Dionísio, Lisboa, Seara Nova, 1946. A obra foi recentemente editada outra vez em tradução: *Missão da Universidade e outros textos*, Coimbra, Angelus Novus, 2003, com uma Introdução de Iñaki Gbaráin.

<sup>34</sup> “Hoy atravesamos — contra ciertas presunciones y apariencias — una época de terrible incultura” (1.ª edição, p. 117; na mais recente tradução portuguesa, p. 74).

Esta tese, ou algumas ideias similares, pouco ouvidas nos meios universitários instalados, mas com grande impacto nos meios estudantis e na área dos intelectuais e universitários rebeldes portugueses, teve grande repercussão no botânico Aurélio Quintanilha, no médico Abel Salazar, nos humanistas Rodrigues Lapa, Sílvio Lima, Joaquim de Carvalho ou Hernâni Cidade, em professores liceais como Lobo Vilela, em intelectuais “livres” como António Sérgio e outros “seareiros”. Surgiram reflexões em livros, artigos de jornais, entrevistas e inquéritos, ou em conferências. A análise da “crise da Universidade” e o apelo a uma “universidade nova”<sup>35</sup> foram temas muito glosados nos inícios do “fascismo à portuguesa” e, juntamente com um apelo à democracia e afirmações de uma ciência laica, trouxeram como consequências, entre outras, as demissões de professores: Sílvio Lima, Aurélio Quintanilha, Rodrigues Lapa e Abel Salazar, o que se verificou em 1935.

Joaquim de Carvalho, apenas um republicano liberal e um notável investigador no campo da história da filosofia e da história das ideias, que foi director da Imprensa da Universidade Coimbra, extinta em 1934 pelo Estado de Salazar, deixou-nos então um dos textos mais lúcidos sobre a Universidade, claramente influenciado por Ortega. Falou sobre o tempo, o tempo necessário ao estudo e à reflexão:

A actual organização universitária [...] é duma voracidade insaciável. Ela devora o tempo, a coisa mais preciosa da escolaridade de mestres e estudantes. Ter tempo livre, desperdiçá-lo em curiosidades problemáticas, invertê-lo em leituras fatigantes e praticamente inúteis, aplicá-lo na indagação e na porfia de ideias e de factos, são condições vitais do exercício do magistério e da formação do homem, que jaz potencialmente no estudante.

[...]

Percorra-se com espírito equânime o plano de estudos de algumas, senão de todas as Faculdades, e a peçonhenta verdade da carência de tempo livre, para mestres e estudantes, surgirá com profunda evidência. Atirado de uma cadeira para outra cadeira, de um curso para outro curso, das aulas teóricas para as aulas práticas, o professor é inexoravelmente compelido à burocratização do magistério, ao ensino fácil e à repetição – coisas terríveis para mestres e alunos.

---

<sup>35</sup> Ver, de próxima aparição, o livro publicado pela Fundação Calouste Gulbenkian: *Lobo Vilela e a polémica sobre a Universidade e o Ensino nos inícios do Estado Novo*. Selecção, fixação de textos e notas de António da Costa Lobo Vilela. Estudo Introdutório de Luís Reis Torgal. Prefácio de Eduardo Marçal Grilo.

Para mestres, porque lhes cerram o intellecto à imaginação criadora e os convertem em provincianos do Espírito, e para os estudantes, porque lhes geram a sensação de que a aprendizagem não exige o esforço diário e a ciência é como os frutos maduros, que estão acolá à espera de quem os colha.

Depois fez uma distinção curiosíssima entre “escolar”, “estudante” e “estudioso”:

Escolar, estudante e estudioso são três palavras diversas, cuja diversidade não impede que toda a gente lhes reconheça o parentesco de membros de uma única família. Ser escolar é adquirir o direito de frequentar as aulas; ser estudante é, pelo menos, cumprir suficientemente os deveres da escolaridade, mas o ideal é que os escolares e os estudantes sejam estudiosos, e ser estudioso na juventude não tem a significação farisaica do jovem limitar as suas vigílias, as suas curiosidades e a sua formação interior – a qual, claro, não é o mesmo que formatura –, aos estudos oficiais da Universidade.

E, como Ortega, concluía que se vivia num mundo inculto, que urgia transformar:

Dir-se-ia que vivemos submergidos por uma vaga de estupidação colectiva, mas o nosso dever elementar, espere-nos ou não o sucesso, mesmo sem esperança de êxito, é remar contra a vaga.<sup>36</sup>

### **As críticas e as aberturas possíveis e contraditórias durante o Estado Novo**

Este tipo de posições percorreu o Estado Novo de Salazar em alguns textos de crítica à Universidade, saídos de vários quadrantes políticos, desde a “Seara Nova” a católicos progressistas ou até à ala mais liberal ou mais tradicional do regime<sup>37</sup>. O próprio Diogo Pacheco de Amorim, professor da Faculdade de Ciências de Coimbra,

---

<sup>36</sup> “Reflexão outonal sobre a Universidade de todo o ano” in *Diário Liberal*, Lisboa, 8 de Novembro de 1933.

<sup>37</sup> Ver I Congresso Nacional da Juventude Universitária Católica, *O pensamento católico e a Universidade*, Lisboa/15 a 19 de Abril de 1953; Afonso Botelho, *O drama do universitário*, Lisboa, Cidade Nova, 1955; António Quadros, *A angústia do nosso tempo e a crise da Universidade*, Lisboa Cidade Nova, 1956; Miller Guerra, *As universidades tradicionais e a sociedade moderna*, Moraes Editores, 1970. Note-se que a ideia de crise da Universidade aparece igualmente no estrangeiro em momentos variados. Ver, por exemplo, no caso inglês Walter Moberly, *The crisis of the University*, Londres, SCM Press, 1949.

contemporâneo de Salazar e, como ele, um dos mais ilustres militantes do movimento católico, numa oração de Sapiência proferida em 1951, intitulada “Da cultura geral do universitário”, onde, coerentemente defendeu a recriação da Faculdade de Teologia, citou várias vezes Ortega y Gasset, cujo pensamento sobre a Universidade seguiu<sup>38</sup>. De onde se conclui que o que era avançado em 1933, já não o era tanto nos anos cinquenta ou se tornaria um pensamento facilmente integrável no “sistema”. De resto, Gasset viveu durante largos anos em Portugal, no tempo da guerra civil de Espanha e depois dela, mantendo sempre uma posição política distante ou ambígua.

Por sua vez e curiosamente, o próprio Marcello Caetano, como professor e depois como reitor da Universidade de Lisboa, não deixou de manifestar algumas posições “modernas”<sup>39</sup>, ainda que na base da sua ideologia estivesse uma posição de direita ainda mais radical do que a de Salazar<sup>40</sup>. E foi esse tipo de afirmações de natureza universitária que lhe deu, contraditoriamente, uma certa aura de “liberal”, com que se apresentou no governo em 1968, depois da “morte política” de Salazar, por razões de grave doença, imagem essa que foi sendo desmentida pela prática.

Entretanto, a lógica da Universidade promovida por “novas gerações” de intelectuais e universitários “fascistas” se defendia um juridismo e um humanismo conservador ou reaccionário, também lutava por uma ideia de “modernidade” que se casava com o nacionalismo e com virtualidades “bélicas” (ou pelo menos épicas e defensoras de uma guerra de defesa, em prol do velho “Império Colonial” ou das “províncias ultramarinas”) ou racistas ou, pelo menos, eugenistas ou de segregação cultural, embora alguns professores, considerados mais “tradicionalistas” (o caso do etnólogo Fernando Pacheco de Amorim), defendessem as identidades culturais dos povos mas numa lógica de integração na “cidadania portuguesa”. A Universidade só se abriu a novas perspectivas a partir do final dos anos cinquenta e a universidade católica (defendida por vezes pelos intelectuais mais tradicionalistas, como o católico Fernando

---

<sup>38</sup> Oração *de Sapiencia* proferida em 21 de Novembro de 1951, intitulada “Da cultura geral do universitário”, in *Anuário da Universidade de Coimbra (1951-1952)*, pp. 15-31.

<sup>39</sup> Ver, por exemplo, *Universidade nova. O problema das relações entre professores e estudantes*, Coimbra, 1942, e “Universidade e investigação”, in *Ciência. Revista dos estudantes da Faculdade de Ciências de Lisboa*. Ano IV, n.º 7, Lisboa, 1952, pp. 3-6.

<sup>40</sup> Ver da nossa autoria, *Marcello Caetano antes do marcelismo*, “Cadernos do CEIS 20”, n.º 6, Coimbra, CEIS20, 2007.

Aguiar<sup>41</sup>) e mais algumas universidades “novas” só surgiram nos anos sessenta (as de Angola e Lourenço Marques) e nos anos setenta, nas vésperas do 25 de Abril (a Universidade Nova de Lisboa, a Universidade do Minho, a Universidade de Aveiro e a Universidade de Évora). Entretanto, foi defensor da democratização do ensino, da “escola única”, ao nível do ensino preparatório-secundário, e de uma universidade moderna o Professor Veiga Simão, ministro da Educação Nacional do marcelismo, que veio depois a ser ministro de governos socialistas, depois do 25 de Abril<sup>42</sup>.

A par de tudo isto deve relevar-se que nenhum sector como o dos estudantes lutou, sobretudo a partir dos fins da década de cinquenta, pela alteração do paradigma da Universidade do Estado Novo, ou utilizando a Tradição em nome da “Modernidade”, sobretudo até à crise académica de 1962, ou pondo em causa toda a Tradição numa lógica de esquerdismo radical, que, na continuação do Maio de 1968, punha em causa os valores da “sociedade burguesa”. Esse movimento, que teve o ponto alto em 1969, com a contestação directa ao próprio Presidente da República e ao governo, decresceu nos anos setenta, mantendo, todavia, o sentido fundamental da luta contra o regime de “Renovação na continuidade”, emblema do marcelismo, que foi, porém, mais de “continuidade” do salazarismo do que de “renovação” e muito menos de “transição”, o que originou afinal a revolução de 1974.

### **Os paradigmas do pós-25 de Abril**

Depois da queda do Estado autoritário de Oliveira Salazar / Marcello Caetano e com a instauração da democracia, uma democracia dita “social” (Constituição de 1976), após o radicalismo marxista dos primeiros anos da “revolução” (PREC — Processo Revolucionário em Curso), surgiu um conceito de Universidade que tinha atrás de si uma ideia socializante e “trabalhista”, que perdurou até ao final dos anos noventa.

Na verdade, a referida Constituição dizia no seu artigo 74.º relativo ao ensino em geral:

---

<sup>41</sup> Ver *Por uma Universidade Católica. Uma campanha do Espírito*, Lisboa, Sigma, 1951.

<sup>42</sup> Ministro da Indústria e Energia de 1983 a 1985 e ministro da Defesa Nacional de 1997 a 1999.

1. O Estado reconhece e garante a todos os cidadãos o direito ao ensino e à igualdade de oportunidades na formação escolar .
2. O Estado deve modificar o ensino de modo a superar a sua função conservadora da divisão social do trabalho.
3. Na realização da política de ensino incumbe ao Estado:
  - a) Assegurar o ensino básico universal e gratuito;
  - b) Criar um sistema público de educação pré-escolar;
  - c) Garantir a educação permanente e eliminar o analfabetismo;
  - d) Garantir a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística;
  - e) Estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino;
  - f) Estabelecer a ligação do ensino com as actividades produtivas e sociais;
  - g) Estimular a criação de quadros científicos e técnicos originários das classes trabalhadoras.

Os artigos seguintes desenvolviam algumas destas premissas em perspectivas semelhantes, marcando sempre a defesa das classes trabalhadoras e uma posição de cooperação internacional sem dependências externas

Entretanto, esta versão de 1976 foi sucessivamente modificada, tornando-se este artigo e os seguintes mais complexos a partir de 1997, procurando eliminar as linhas socializantes, substituídas por regras de defesa de vagos ou precisos direitos “democráticos” e eliminando a luta contra a dependência<sup>43</sup> em função de princípios de “avaliação e acreditação para a garantia da qualidade”, conceito que passou a entrar na teoria da organização do ensino com a afirmação de uma lógica europeísta e globalizadora<sup>44</sup>.

Assim, o número 2, depois de amenizado em revisão de 1989<sup>45</sup>, acabou por ser eliminado, passando o número 1 a ter a seguinte redacção:

---

<sup>43</sup> Cfr. Constituição de 1976, artigo 77.º.

<sup>44</sup> Ver lei n.º 38/2007, de 18 de Agosto, que aprovou o regime jurídico da avaliação do ensino superior.

<sup>45</sup> Passou a ter a seguinte redacção: “O ensino deve contribuir para a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, habilitar os cidadãos a participar democraticamente numa sociedade livre e promover a compreensão mútua, a tolerância e o espírito de solidariedade” (lei constitucional n.º 1/89, de 8 de Julho, artigo 43.º).

Todos têm direito ao ensino com garantia de direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.

Obviamente no número 2, em que se converteu o número 3, foram eliminados os conteúdos das alíneas f) e g), mantendo-se, todavia, em clara contradição com a realidade, a alínea e), dado que o pagamento das “propinas” (taxas pagas pelos estudantes) subiu efectivamente, sendo hoje no 1.º ciclo (licenciatura, como ciclo de passagem, conforme o processo de Bolonha), de cerca de 1.000 € anuais (cerca de 1.550 US dólares ou 2.550 reais)<sup>46</sup>.

Em suma, a Universidade “socialista” ou social deu origem a um conceito de Universidade neo-liberal, embora mantendo sempre uma “justificação social”.

### **O último paradigma de Universidade**

Estamos, pois, no último paradigma de Universidade nesta confusão de conceitos, onde dificilmente somos capazes de perceber onde se encontram e em que sentido se encontram os conceitos de Tradição e Modernidade. Estamos perante a tendência para a Universidade globalizada, neo-liberal, massificada e ao mesmo tempo de elites económico-sociais, burocratizada e normativizada segundo regras de rentabilidade e de gestão empresarial, contrária à “universidade social” ou, no plano filosófico, à “universidade sem condição” proposta utopicamente numa famosa conferência de Jacques Derrida. Destruiu-se, pois, o velho conceito de Universidade, como lógica democrática e social, para se afirmar potencialmente um conceito, não tanto de tipo “americano”, como se diz, mas que tem a América como pseudoparadigma, que se coloca numa posição pragmática de desenvolvimento, que tende mesmo a separar “pedagogia” e “informação” de ciência, que se retiraria para os muros de centros de investigação, espécies de ecossistemas rentáveis, ligados obviamente a um fenómeno de internacionalização.

---

<sup>46</sup> Câmbio de 16 de Maio de 2008 (Banco de Portugal).



A luta pela liberdade universitária, sob a fórmula mais maleável da “autonomia”, e sobretudo sob a forma fundamental de independência de “independência”, vai desaparecendo de facto, mesmo que as palavras se mantenham. O financiamento básico para a investigação vem da União Europeia e curiosamente até há pouco vinha em grande percentagem do FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), as universidades portuguesas sujeitam-se às regras europeias, nomeadamente a uma transformação pragmática resultante da alteração política da declaração de Bolonha<sup>47</sup> ou até às propostas da OCDE (*Organisation for Economic Co-operation and Development*), como se pode verificar através do impacto do relatório sobre a avaliação do ensino superior, de 28 de Novembro de 2006, cujas orientações foram sendo aplicadas e que foi assinado por peritos da Irlanda, da Austrália, da Finlândia, do Reino Unido e dos Estados Unidos, tendo à cabeça um canadiano, avaliação que foi solicitada pelo ministério de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior<sup>48</sup>.

O diagnóstico acerca do paradigma do ensino superior vigente não apenas em Portugal, mas no mundo, sob a superintendência em especial de países anglo-saxónicos, está feito há muito por vários autores, de todas as nacionalidades, como o filósofo francês Jacques Derrida<sup>49</sup> ou o canadiano, professor de literatura comparada Bill Readings<sup>50</sup>, ou o professor de Filosofia da Educação da Universidade de Hamburgo Andrea Liesner<sup>51</sup>, ou o sociólogo da Universidade de Oxford Hermínio Martins<sup>52</sup>, ou — permita-se-nos — nós próprios, que escrevemos um ensaio intitulado *A Universidade e as «condições» da*

---

<sup>47</sup> A Declaração de Bolonha foi assinada em 19 de Junho de 1999 pelos ministros de 29 países europeus, pretendendo uma harmonização de currículos e graus. No entanto, foi transformada num processo político tendente a uma uniformização, que foi aplicada em Portugal através do decreto-lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

<sup>48</sup> Ver [www.portugal.gov.pt](http://www.portugal.gov.pt) e cfr. RJIES (Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior), lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro.

<sup>49</sup> *L'Université sans condition*, Paris, Éditions Galilée, 2001. Tradução portuguesa, com um Posfácio por Fernanda Bernarda, *A Universidade sem condição*, Coimbra, Angelus Novus, 2003. Este texto foi apresentado pela primeira vez na Universidade de Stanford (Califórnia - USA), em Abril de 1998.

<sup>50</sup> O obra, com o título original *The University in ruins*, publicada pela Harvard University Press, em 1996, foi completada por Diane Elam, dado que Bill Readings faleceu num desastre de aviação. Foi publicada em português: *A Universidade em Ruínas*, Coimbra, Angelus Novus, 2003.

<sup>51</sup> “Education or service? Remarks on teaching and learning in the entrepreneurial university”, in *Educational Philosophy and Theory*, vol. 38, n.º 4, 2006.

<sup>52</sup> “The marketisation of universities and some contradictions of academic knowledge-capitalism”, in *Metacrítica. Revista de Filosofia*, n.º 4, 2004. Hermínio Martins escreveu depois uma versão corrigida e actualizada, em 2007.

*Imaginação*<sup>53</sup>. E, se quiséssemos ainda apresentar mais nomes, que abordaram a questão no sentido mais amplo do “sistema de ensino”, acrescentaríamos o caso do matemático francês Laurent Laforgue, demitido do *Conseil Supérieur d’Éducation* por ter denunciado que o sistema educativo francês estava em vias de destruição, procurando-se não valorizar os conhecimentos, mas finalidades pragmáticas de organização da sociedade segundo lógicas de mercado, caso que originou uma certa polémica conhecida por “L’Affaire Laforgue”, a que o matemático português Jorge Buescu deu alguma publicidade. Ou ainda falaríamos dos polémicos escritos do matemático Nuno Crato<sup>54</sup>, que procurou desconstruir criticamente o uso e o abuso de métodos pedagógicos ou pseudopedagógicos em voga.

Analisemos, porém, um pouco mais detalhadamente, um texto que nos parece muito elucidativo e que, como outros, de resto, equaciona o problema das contradições da “modernidade”. Trata-se de uma interessante introdução ao livro, que constituiu as actas de um colóquio, *Les ravages de la «modernisation» universitaire en Europe*<sup>55</sup>. Se quisermos começar por analisar este título, simplesmente traduzindo-o, verificaremos que se trata dos “prejuízos” (de forma eufemística) ou dos “destroços” causados pela “modernização” universitária na Europa, reparando que “modernização” está entre aspas.

O seu autor, Christophe Charle, prestigiado historiador da Universidade de Paris I, começa por falar das várias declarações que se iniciaram no âmbito da União Europeia e culminaram com a famosa declaração de Bolonha de Junho de 1999. Nota então que, a partir daí e da estratégia adoptada em Lisboa em 2000, passou sobretudo a falar-se, como palavras de ordem, de “qualificação de mão de obra” para se adaptar às transformações económicas em direcção a uma economia de serviços do saber, de preparação para uma investigação em curso sobre as necessidades económicas, da cooperação internacional entre os diplomados europeus que beneficiaram, desde os seus estudos, de estadias no estrangeiro e que se foram adaptando aos diversos vizinhos nacionais e culturais à

---

<sup>53</sup> *A Universidade e as «condições» da Imaginação*. “Cadernos do CEIS20”. Coimbra, CEIS20, 2008.

<sup>54</sup> *O “eduquês” em discurso directo: uma crítica da pedagogia romântica e construtivista*, Lisboa, Gradiva, 2006.

<sup>55</sup> Christophe Charle e Charles Soulié (dir.), *Les ravages de la «modernisation» universitaire en Europe*, Paris, Éditions Syllepse, 2007.

medida que as empresas se internacionalizavam. E, como epílogo desta reflexão geral, concluía:

Loin de donner un supplément d'âme culturel et civique à l'Europe, c'est plutôt l'enseignement supérieur qui se trouve soumis aux principes généraux économiques, voire économicistes de l'Europe des Six initiale: marché ouvert, concurrence, compétitivité, efficacité. Loin de préserver la diversité culturelle et échange entre les traditions intellectuelles, ces nouveaux objectifs aboutissent à une normalisation qui ne tient compte ni des spécificités disciplinaires, ni des particularités régionales ou nationales, ni même de la diversité des rapports des individus à la demande d'enseignement supérieur et des diverses fonctions possibles de l'enseignement supérieur.<sup>56</sup>

E Christophe Charle, nesta apreciação da lógica economicista vigente, salienta o desenvolvimento de certas áreas que estão de acordo com ela, ou seja, as disciplinas aplicadas, em detrimento das ciências teóricas ou fundamentais ou das humanidades: a gestão, a informática, algumas engenharias, a comunicação, a educação... Numa concepção prática em que há sobretudo uma atracção pelos *masters* profissionais (nomeadamente os MBA, *Master of Business Administration*), em que as elites económicas são fascinadas pelo modelo económico americano e em que os países mais retardados são os que mais facilmente aceitam as reformas, não há condições favoráveis ao desenvolvimento de resistências significativas, criando-se, sim, uma propaganda que procura convencer que “não há alternativa”. Assim, surge o mito das universidades anglo-saxónicas, esquecendo-se que elas têm um “funcionamento singular”, assente numa história que não se pode comparar com as realidades dos países da Europa, cuja história das universidades é outra. Por isso, segundo Christophe Charle, este sistema acaba apenas por beneficiar uma pequena elite e não a maioria dos estabelecimentos de ensino superior, nem a maioria dos alunos, que constituem uma massa cada vez mais amorfa e inculta:

Un tel système ne peut donc fonctionner que pour quelques établissements d'élite. il n'est pas généralisable pour l'ensemble d'un système pour des raisons d'équilibre sociale. Les

---

<sup>56</sup> *Ob. cit.*, pp. 11-12.

universités d'élite américains et anglaises peuvent s'en sortir parce qu'elles cumulent en fait des ressources multiples, absentes des autres pays: des systèmes de paiement inégalitaire, le mécénat des riches anciens élèves, les contrats de recherches avec l'argent public et privé, et surtout la rente de situation de l'exploitation du capital symbolique de la langue anglaise comme instrument de mondialisation et le mythe, savamment entretenu pour tous ceux qui y ont intérêt, de la supériorité des établissements anglo-saxons. Cette croyance se traduit en flux de étudiants étrangers aisés vers ces établissements et donc en manne financière. Par une alchimie qui rappelle le griffe des grands couturiers, ce capital symbolique se transforme alors en capital tout court grâce aux droits d'inscription des étudiants nantis des pays moins avancés venus acheter des diplômes haut de gamme comme ces touristes japonais qui font l'emplette de sacs, de parfums ou de montres de luxe quand ils viennent faire un tour à Paris pour démontrer qu'ils ont bon goût.<sup>57</sup>

Estas palavras amargas demonstram — para além (não deixemos de dizer) de nos transmitirem o sentimento de perda que a França hoje sofre, tendo em atenção que a sua língua, a sua cultura e algumas das suas escolas haviam sido também (e hoje são menos) um atractivo capital simbólico — que o sistema de mundialização, neo-liberal, afinal apenas funciona em proveito de alguns, criando bolsas de prestígio científico e tecnológico nacional (ou internacional) em ligação com interesses que ultrapassam as nossas fronteiras e que vêm afinal rentabilizar capitais internacionais, os quais não beneficiam países de terceiro mundo ou pouco avançados. Nestes, a produção — fundamental para a sua independência e desenvolvimento — é substituída pelas “cidades do consumo” e pelo consumismo, até daqueles que não têm dinheiro para consumir.

Dêmos apenas um exemplo por demais convincente, olhando para os preços anunciados para mestrados (2.º ciclo) nas universidades portuguesas. Pode dizer-se que a maioria dos mestrados — 2.º ciclo, que hoje completa afinal o 1.º ciclo, de transição — orçam preços que vão dos 1.000 € (muito raros), ou seja, 1.550 dólares ou 2.550 reais, aos 4.500 € (6.974 dólares ou 11.480 reais) mesmo aos 5.000 € (7.749 dólares ou 12.756 reais). Há, no entanto, reservas de elite que sobem a preços elevados ou mesmo muito elevados: Engenharia de Software (Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra – 10.000 €; Análise Estrutural de Monumentos e Construções Históricas (Universidade do Minho) — 8.000 €; MBA Executivo (Escolas de Gestão da

---

<sup>57</sup> *Ob. cit.*, p. 29.

Universidade do Porto): 14.000 €; MBA (Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa): 18.970 €. Neste caso: 28.417 dólares ou 48.398 reais.

### **Novo paradigma, novo vocabulário, novos valores**

Este paradigma de ensino superior veio trazer outro vocabulário (ou veio dar outro sentido a vocábulos já existentes e consensuais) com aparência de “modernidade”, que todavia não se pode confundir com o vocabulário da lógica iluminista ou da lógica social ou socialista, o qual, por sua vez, já antevia o processo da sociedade em direcção ao capitalismo actual. As palavras correntes agora são menos o “progresso” (que já era uma palavra ambígua) e mais o “desenvolvimento”, a “excelência” mais do que a “inteligência”, a “avaliação” e a “certificação” mais do que a “qualidade pedagógica e científica dos estabelecimentos”, a “competência” mais do que o “saber” e a “cultura”, a “massa crítica” (conceito importado da Física Nuclear) mais do que a “consciência crítica”, a “rentabilidade” mais que a “aprendizagem teórico-prática”, a “competitividade” mais do que a “solidariedade”, a “sustentabilidade económica” mais do que o “interesse social”, o “internacionalismo” e a “globalização” mais do que o “cosmopolitismo” e o “ecumenismo”. Enfim, a “universidade empresarial (*Entrepreneurial University*) e, para já, a “Fundação” mais do que a “corporação” ou a Universidade como elemento ao serviço da “democracia”.

Assim, este modo de organizar o ensino superior e a sociedade — menos interessado com os conteúdos, com os “nómenos” e mais pela forma e pelos “fenómenos” (que, etimologicamente, é “o que se mostra”, do verbo *pfáinô*), num mundo do espectáculo, da comunicação e da informação saturada em quantidade e da *performance* e da rentabilidade — traz consigo a desumanização e o desinteresse pela língua, pela história, pela literatura e, em síntese, pela cultura, sob a aparência de essa cultura existir. Ela é, porém, a “cultura que se consome” e não a Cultura como uma forma de reflexão, estando, pois, afastada dos valores do verdadeiro demoliberalismo e da democracia social.

E quem pensa o contrário, quem não compreende estes conceitos trazidos normalmente das ciências práticas, da tecnologia, da sociologia industrial, das ditas ciências da comunicação, com toda a sua “actualidade cibernética”, das ciências da educação, das técnicas de gestão, mas também compreendidos ou manipulados por alguns políticos-juristas, conceitos por vezes apresentados em Inglês, que se arvora como o novo latim ou o novo francês do século XXI, na mesma lógica imperial, mas de sentido inverso, considera-se que não acompanhou o comboio da “Modernidade” e é apelidado de defensor da Tradição e do Conservadorismo. Mesmo que esse alguém seja capaz de dominar as novas tecnologias e as considere um óptimo instrumento e não um fim em si mesmas. Poderemos, por contraditório que pareça, dizer que estamos perante uma “nova escolástica”, incapaz de reflectir em liberdade e “sem condição”.

Por isso mesmo se há mundo complexo para se entender os conceitos de Modernidade e de Tradição é a Universidade. Foi-o sempre e continuará a sê-lo. Por isso a entendo como uma instituição que está sempre em “crise”. A crise é um estado de transição, de doença, em direcção à vida ou à morte ou... a uma vida doentia. Em direcção a quê? — será sempre essa a questão.

### **Tradição e Modernidade — uma questão cheia de contradições**

Fomos falando ao longo deste texto de “Tradição” e de “Modernidade” e percebemos que estes dois conceitos vão aparecendo e desaparecendo, opondo-se por vezes, outras vezes completando-se outras isolando-se. Em certas alturas nós próprios interrogamo-nos se o que se diz que é “Moderno” o é, efectivamente, e se a Tradição não deve ser mantida como realidade histórica que se prolonga e se moderniza.

O “Moderno” — pode ver-se num bom dicionário (por exemplo, no de Houaiss) — é um conceito ambíguo que pode estar ligado ao desejo de criar uma nova cultura e uma nova estética (“modernismo”, ou mesmo “futurismo”), mas que também pode redundar, curiosamente, na defesa de conceitos nacionalistas e autoritaristas. No Brasil, Plínio Salgado veio do modernismo e criou o movimento político integralista (“revolucionário” de direita) e em Portugal António Ferro, ligado também ao

modernismo, veio a ser o director da Propaganda do Estado Novo e, nessa função, foi um defensor das “tradições” do “Povo Português”. O fascismo, ou os “fascismos”, sobretudo na sua feição “de regime”, reclama-se simultaneamente da Tradição e da Modernidade.

“Moderno” significa também avanço tecnológico, científico, civilizacional..., mas foi em seu nome que se criaram minorias, ou maiorias, consideradas “incivilizadas”, conceito que foi a base de um certo tipo de racismo colonial. O “moderno” pode ser a base de muitos dos totalitarismos... “modernos”. E não esqueçamos que “moderno” representa também o gosto dominante da época, o que é “moda”, que funciona como arma de arremesso contra o que é considerado “antiquado”, mesmo que o não seja e seja ancorado em valores éticos que devem ser preservados. O consumo é normalmente propagandeado como “moderno” e é essa a razão invocada para instalar nas nossas “cidades tradicionais”, ou na sua periferia, as “cidades de consumo”, ou seja, as grandes superfícies comerciais, com lojas de grandes marcas internacionais, por oposição ao pequeno comércio urbano, considerado “do passado”. E poderíamos continuar com a nossa reflexão indefinidamente...

A Tradição, por sua vez, pode ser entendida como algo cristalizado no passado e que se pretende manter a todo o custo, originando fundamentalismos totalitários, ou como um passado que se pretende respeitar e que se pode actualizar ou mesmo algo que se inventa — para utilizar a expressão de Hobsbawm<sup>58</sup> — para ser utilizado com fins diversos. O sentido etimológico de Tradição — voltemos aos dicionários — significa “o acto ou efeito de transmitir” (*traditio*, em latim, ligado ao verbo *tradere*, “transmitir”) e, por isso, em si próprio, nada significa de puro passado. Os próprios defensores de regimes autoritários / totalitários souberam jogar com as palavras “tradição” e “progresso”. João Ameal, num texto oficial do regime de Salazar, *Decálogo do Estado Novo*, afirmava que “o nosso passado não deve «pesar demais no nosso presente»”. Só “continuando” se poderá “inovar” — pensava ainda — e, assim, se a Tradição “não é mais do que a soma dos progressos realizados”, o Progresso “não é outra coisa senão a acumulação de novas tradições, capazes de despertar, amanhã, outros progressos...”

---

<sup>58</sup> *The invention of traditions*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983.

Deste modo, o novo regime constituía a verdadeira “*Vanguarda*”, “um propósito constante de mocidade, de adaptação às realidades sucessivas da vida”.<sup>59</sup>

Daí que palavras como “vanguarda”, “avante”, “progresso”, “novo”, “moderno” possam aparecer, estranha e ironicamente, conjugadas com a palavra “Tradição”.

Quando falámos da Universidade, dos seus “paradigmas” (como “modelo” — do grego *parádeigma*) e das suas “crises” — palavra também recorrente quando se fala desta instituição — assomam sempre, de forma ambígua e contraditória, as palavras Tradição e Modernidade ou Progresso. Quase todos os paradigmas aspiram afinal ao desenvolvimento e à Modernidade, muitas vezes sem porem de parte a Tradição<sup>60</sup>. Se quisermos alguns exemplos tirados de algumas reflexões que fizemos, poderemos citar os seguintes casos meramente circunstanciais:

É evidente que sempre, e agora, se desejou que cada vez mais alunos chegassem à Universidade, num processo de democratização. Mas se alguns tradicionalistas questionaram, em nome da conservação e numa lógica anti-iluminista, se não era um vício pensar que todos deveriam “ser bacharéis”, alguns liberais e democratas ironizavam o facto, referindo-se ao excesso de “bacharéis” sem emprego e sem utilidade. Se dentro dessa lógica democratizadora, em Portugal, a democracia de Abril, na sua linha social ou socialista, defendia a chegada à Universidade dos filhos das “classes trabalhadoras” e o ensino gratuito, também é certo que em breve teve de aplicar a regra do *numerus clausus* para cada curso e também os preços das propinas subiram vertiginosamente no final dos anos noventa, afastando-se cada vez mais (como vimos) da “gratuidade” almejada ainda hoje num dos pontos de um artigo da Constituição.

Se é certo que o aumento das mulheres na Universidade — hoje ultrapassam os 50% (o que sucede, por exemplo, em Coimbra, já desde 1982-1983) — constituiu e constitui um índice de Modernidade (como foi o seu direito ao voto, concretizado de forma corporativa no Estado Novo e só de forma democrática depois do 25 de Abril), o

---

<sup>59</sup> *Decálogo do Estado Novo*, Lisboa, SPN, 1934, pp. 7-13. Nesta caso, as palavras em itálico encontram-se assim no texto.

<sup>60</sup> Falamos, obviamente, dos paradigmas que referimos, na Europa, a partir do Iluminismo, pois a Universidade anterior a esse movimento considerava-se um sustentáculo da Tradição, especificamente da Tradição Escolástica. E, mesmo hoje, as universidades islâmicas, ou outras universidades confessionais, continuam, naturalmente, a defender a sua “Tradição”.



certo é que no regime de Salazar a mulher foi, até aos anos cinquenta, um dos sectores mais tradicionalistas da sociedade académica, reflectindo logicamente a sociedade em que se vivia.

É verdade que a modernização das instalações universitárias foi saudada como algo de “moderno” e é indiscutivelmente entendida sempre como um índice de Modernidade, defendida por todos os universitários. Mas também é certo (como vimos) que a destruição da cidade tradicional, como sucedeu em Coimbra no Estado Novo, e a construção de uma nova “cidade universitária”, com a sua “arquitectura de Poder”, é hoje considerada um símbolo de destruição da “urbe ecológica” e é entendida como representativa da acção autoritária do Estado. Todavia, no tempo, essa politica foi criticada mais nos meios tradicionais do que no âmbito dos democratas, opositoristas do regime de Salazar, que aspiravam a que a Universidade se afastasse da Tradição e se tornasse cada vez mais “moderna”, sem entenderem em muitos casos o sentido dessa “modernidade” arquitectonica.<sup>61</sup>

Falando de tradições académicas, poder-se-á dizer que, se elas constituíram um emblema da Tradição defendida no salazarismo, quer no domínio dos rituais universitários, quer das praxes estudantis, estas serviram de base ao primeiro movimento académico, contra uma lei que se pretendia “moderna” (decreto-lei 40.900, de 12 de Dezembro de 1956, sobre as organizações escolares e a assistência social aos estudantes) de um dos ministros mais “modernos” de Salazar, Leite Pinto. E — como atrás se disse — as tradições foram usadas inicialmente, nos movimentos estudantis contra o Estado Novo, nos anos sessenta, assim como se usou a canção tradicional de Coimbra, que se foi transformando em “balada” e “música de intervenção”. Hoje, num tempo de academia despolitizada, bastou que as festas dos estudantes de Coimbra (vulgarmente conhecida por “Queima das Fitas”) tivessem adoptado um modelo diferente para que um grupo significativo escrevesse um documento crítico de “Apelo à Tradição”. Quanto aos rituais universitários, tal como as praxes e as festas estudantis, foram surgindo e desaparecendo ao serviço de ideologias de direita e de esquerda. Com o 25 de Abril ora se esvaíram, considerados como anti-modernos, como ressuscitaram, não só honrando cientistas,

---

<sup>61</sup> Ver Nuno Rosmaninho, *O Poder da Arte. O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006.

como servindo interesses diplomáticos, com doutoramentos *honoris causa* concedidos a presidentes de várias sensibilidades e formações, como Samora Machel de Moçambique ou Tancredo Neves ou José Sarney, do Brasil. No caso de Oxford recorde-se o contestado doutoramento *honoris causa* de Margareth Thatcher.

Mas, não são estes os problemas que particularmente nos interessam e sim a presença dos conceitos de Tradição e, sobretudo, de Modernidade nos paradigmas universitários a que nos fomos referindo. São eles afinal os que nos suscitam mais interrogações e dúvidas.

É indubitável que as reformas iluministas-liberais geraram um paradigma científico de modernidade na Universidade que, se em Portugal se reporta ao Marquês de Pombal e ao Pombalismo, na Alemanha tem como referência o pensamento de Kant e, sobretudo, a concepção e acção de Humboldt. Mas, tem também consigo uma lógica de centralização (pese embora a autonomia científica e pedagógica reclamada por Humboldt) que, na sua sequência, veio a ser reclamada pela lógica autoritarista e mesmo totalitária, na Alemanha nazi. Por sua vez, esse paradigma tinha uma lógica “cientista” que depois foi posta em causa e que hoje ainda serve de motivação para se questionar o modelo, se é que existe modelo, das nossas universidades, que já hoje parece não quererem ser predominantemente científicas, sobretudo na sua relação com a “coisa pública” (naquilo que a expressão pode ter de polissémico e complexo), mas sim tecnológicas ou tecnológico-científicas em íntima conexão com o “privado”, com alguns tons de uma ciência e uma pedagogia “cultural”.

Parece indiscutível que a destruição ou a desvalorização das universidades, ou seja, da tradição corporativa, pôde levar, no paradigma francês convencionalista, à criação ou ao desenvolvimento de escolas autónomas (*grands établissements*) de significativo nível científico e pedagógico e de grande modernidade (*École Normale, L’Institut de France, École Polytechnique*, etc.), na sequência de outras escolas de grande tradição desde o Renascimento (como o *Collège de France*) ou de meados do século XVIII (como a *École Nationale de Ponts et Chaussées*). No caso português, de forma idêntica, ainda que a Universidade de Coimbra não tivesse sido abolida, criaram-se a Escola Politécnica de Lisboa (1837) e a Academia Politécnica do Porto (1837) ou as Escolas Médico-

Cirúrgicas, instituições estas que se radicavam em instituições anteriores, ou mesmo o Curso Superior de Letras de Lisboa (1857-59). E no caso do Brasil houve instituições semelhantes, não à margem das universidades (que são construções do século XX), mas como verdadeiras e únicas organizações de ensino superior. O certo, porém, é que a Modernidade desta medida antitradicional foi posta parcialmente em causa, em França, com o restabelecimento das universidades com Louis Liard, em Portugal, com a integração dessas escolas nas Universidades do Porto e de Lisboa, e no Brasil com a criação das universidades a partir de 1920. Ou seja, se não se apagou em certos casos a lógica convencionista (em França com a criação mais recente de escolas autónomas e em Portugal com o aparecimento, em 1972, do Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa — ISCTE<sup>62</sup>), o certo é que se apelou para a tradição universitária, de grande peso simbólico.

É um caso especial de união de Tradição e de Modernidade (aliás como sucede na Alemanha com a Universidade humboldtiana) o caso típico da Universidade inglesa, tendo como exemplos simbólicos Oxford e Cambridge. Mas em breve a tradição — ainda hoje subsistente, mais como símbolo rentável do que como realidade —, foi posta em causa, procurando “modernizar-se” e tomando como exemplo o paradigma da universidade americana. Algo de idêntico e de diferente sucedeu com Coimbra, ao mesmo tempo que se ia verificando o aparecimento de tradições inventadas ou adaptadas em outras universidades, mesmo nas mais recentes, como que lhes faltasse o peso da “Tradição”. E mesmo que de uma forma por vezes mais propagandística do que real, as novas universidades apresentam-se a si próprias como “modernas” ou “as mais modernas”. De resto, foi na lógica da Universidade concebida por Veiga Simão, no governo de Marcello Caetano, que surgiu, entre outras, a Universidade Nova de Lisboa, que se desejava “nova”, no sentido de “moderno”, como alternativa a universidades com uma orgânica mais antiga e mais tradicional.

O paradigma da referida “Universidade de Cultura”, que na verdade existiu mais como teoria do que como realidade, apelava constantemente para a Modernidade pedagógica, opondo-se às tradições, ridicularizando-as mesmo e defendendo até, em

---

<sup>62</sup> Note-se que o Instituto de Ciências Sociais, que teve a origem no Gabinete de Estudos Corporativos, integrou-se na Universidade de Lisboa.

certos casos — à maneira convencionista —, a abolição das velhas universidades para as substituir por “novas”. Mas, esta concepção de Universidade pretendia dar um grande significado à cultura, como perspectiva do mundo e da sociedade, sem a qual se entendia que não havia “autêntica universidade”. E este paradigma alertou, mais do que nenhum outro, para a formação de centros de investigação autónomos da Universidade, como instituições capazes de desenvolver a ciência e contribuir para a modernização da sociedade.

As concepções das universidades integradas nos diversos autoritarismos / totalitarismos nunca obviamente perderam o discurso da Modernidade — uma modernidade tecnológica e científica ao serviço do Estado e da indústria nacional ou nacionalista, em certos casos ao serviço da guerra ou da raça ou da “civilização ocidental e cristã” —, mantendo, no entanto, o respeito, pelo capital simbólico que a Universidade representava, a Tradição (a Universidade de Heidelberg ou de Bolonha ou de Coimbra eram considerados símbolos de permanência de certos valores éticos forjados ou reinventados). A História (porque a história era o passado, mas também a ciência da sociedade) ou a Cultura eram entendidas como subordinadas fundamentalmente a ideologias nacionalistas. E não haverá diferença essencial com a lógica das universidades dos totalitarismos soviéticos, onde toda a ciência e toda a cultura deviam servir — no seu dizer — a “classe operária”, o “proletariado”, sendo instiladas por uma filosofia simplificada ou simplista de tipo marxista, afinal favorável mais à *nomenklatura* do que à “sociedade sem classes”.

Uma Universidade entendida numa perspectiva social e democrática, ao serviço da “república”, financiada e avaliada essencialmente pelo Estado (como representante da Nação democrática), também eventualmente com apoios financeiros privados, mas sem qualquer situação de dependência controladora em matéria científica e pedagógica, ainda que o possa ter (ou tivesse de ter), obviamente, em matéria financeira, mas em situação de autonomia relativamente a estritos interesses e regras de mercado, é um paradigma idealista que se vai formando na consciência de alguns universitários. Explicitando, trata-se de uma concepção de Universidade que “estende” a sua formação à sociedade, afirmando a sua missão cultural; trata-se de uma Universidade que forma profissionais, ensina com métodos apropriados, uma Universidade que se considera moderna, não

apenas pelo desenvolvimento local, nacional e mundial que provoca, mas pela formação que dá aos cidadãos numa lógica de humanidade e de solidariedade; uma Universidade que respeita as tradições como valor cultural sem viver para elas; uma Universidade que valoriza o desenvolvimento científico, entendido como base do que se ensina, e que constrói a ciência nos muros da Universidade, mas também nas unidades de investigação que devem ter relativa autonomia; uma Universidade que entende o valor do desenvolvimento científico e tecnológico, mas que o considera igualmente no campo das ciências sociais e das humanidades; uma Universidade criadora de ciência e de cultura, que considera o tempo e o “ócio” como princípios fundamentais ao serviço do saber; uma Universidade que se rege por valores democráticos de gestão e por valores sociais, mesmo na recepção das taxas pagas necessariamente pelos estudantes, a quem se destina o seu ensino; uma Universidade que se centra no professor e na sua capacidade de trabalho e de exigência para formar “uma escola”, mas que também se centra no aluno e nas suas “condições”, deveres e direitos; uma Universidade que se internacionaliza, não tanto olhando às regras do mercado global, mas ao sentido ecuménico e universal do saber, mesmo do saber essencialmente nacional e regional, fundamental para o conhecimento das diversidades culturais e científicas; uma Universidade que pode ser avaliada nacional e internacionalmente em termos de qualidade, mas não por “regras de mercado neoliberal”; uma Universidade que afinal tem em conta a Modernidade e a Tradição, mas não faz de nenhum deles uma alavanca fundamentalista; uma Universidade que supõe a diversidade de instituições, que vivem autonomamente mas em conjugação de esforços. Em suma, uma concepção de Universidade como esta tem como inspiradoras as concepções altruístas das universidades da “República”, das Universidades Abertas ou Populares, as concepções da “renovação democrática”, ou seja, as “Universidades de Cultura” (que supõem a formação profissional exigente e a investigação científica, mas sobretudo a cultura), uma universidade que tem a utopia da “universidade sem condição”. Uma Universidade deste tipo não existe, obviamente, mas pode ser entendida como uma finalidade. Seja como for, esse paradigma, se existiu, ou melhor, se na verdade se pode entender como “um paradigma”, foi ultrapassado pela lógica da sociedade europeia e globalizadora e pela lógica da sociedade de mercado aberto e neo-liberal.

Este constitui, pois, o último paradigma, de que falámos, o qual procura alterar toda a lógica “tradicional” da Universidade (não das tradições, que pode rentabilizar a seu favor, mas da Tradição universitária com o seu passado corporativo e democrático). Por isso esse paradigma se baseia na lógica do “novo mundo” e da sua organização intrinsecamente liberal. É um apelo constante a uma lógica de Modernidade, de uma “modernidade” que se adequa às regras do mercado e que por isso as adopta na lógica da Universidade-Empresa e ao serviço das empresas, com todos as regras de gestão empresarial (mesmo sob a orgânica inocente das Fundações), de globalização, de qualificação, de quantificação, de rentabilidade, de “certificação”, de *marketing*, de *ranking*, de “trabalho por objectivos”, de “sucesso” e de “prestígio”... Esta “americanização” (que algo tem a ver com a lógica de “diversidade” e de eficácia das universidades americanas, mas que se apresenta sobretudo como símbolo) é um regresso à velha atracção das “universidades de países exemplares” de que falava ironicamente Ortega y Gasset, entendida como um mito a abater. Ela será, na verdade, um símbolo de Modernidade? Sim, se entendermos que é o paradigma que está “na moda”, na ordem do dia, mas não como paradigma do “dever ser”.

Assim se vai transformando a Universidade dirigida não por políticas de Estados-Nações, nem por “Comunidades de Estados de Cidadãos”, mas por Estados regidos pelas regras capitalistas do jogo económico, de um capitalismo sem cabeça, mesmo em Estados de governo socialista, dito de “socialismo pragmático”, que se arvora em salvador do “Estado Social”, expressão curiosamente mais utilizada (perigosamente utilizada, pois foi uma expressão tipicamente fascista) do que a de “Democracia Social”. É esta a situação de “crise da Universidade” nos dias de hoje, em que o debate sobre o seu estado, as suas reformas e as suas finalidades quase desapareceu, num seguidismo e numa verdadeira política determinista, que explora o conceito de “não haver alternativa”. Segue apenas “o rumo do sistema”...

Falsa e perigosa modernidade? O tempo o dirá.

O certo, porém, é que estamos cada vez mais cientes que todo este processo não se insere num tempo linear, num progresso rectilíneo, à Condorcet. Temos hoje a noção — apesar do nosso optimismo ou realismo — que, como dizia François Furet, perdemos

o controlo da história<sup>63</sup> e que, se ela não voltou para trás, se desenvolve em espiral à maneira de Vico. No entanto, a verdade é que a história como o mundo, conforme dizia Galileu, "Eppur si muove!".

**N. B. :** Esta artigo centrado sobre a realidade portuguesa, mas que se refere, na verdade, a uma realidade mais vasta, para além da bibliografia consultada e citada, tem como base, entre outros, os seguintes escritos do autor:

— *A Revolução de 1820 e a Instrução Pública*, Porto, Paisagem, 1984. Com a colaboração de Isabel Nobre Vargues.

— "Universidade, ciência e «conflito de faculdades» no Iluminismo e nos primórdios do liberalismo português", in *Claustros y estudiantes*, Valencia, Facultad de Derecho, 1989, vol. II, pp. 291-299.

— "A Universidade e a classe dirigente durante o «Estado Novo» português", in Antonio Álvarez de Morales e Constantino Garcia (Recopiladores), *Las clases dirigentes*, Madrid, Editoriales de Derecho Reunidas-Editorial de la Universidad Complutense, 1992, pp. 87-99.

— "Instrução Pública", capítulo do volume 5, *O Liberalismo*, coordenado por Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque, da *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores – Editorial Estampa, 1993, pp. 609-651.

— "*Quid petis?* Os «doutoramentos» na Universidade de Coimbra, in *Revista de História das Ideias*, nº. 15, Coimbra, 1993, pp. 177-316.

— "Conflit de pouvoirs et la question de l'«Université unique» au Portugal", in *Università in Europa. Le istituzioni universitarie dal Medio Evo ai nostri giorni. Strutture, organizzazione, funzionamento*. Atti del Convegno Internazionale di Studi. Milazzo 28 Settembre-2 Ottobre 1993. A cura di A. Romano. Catanzaro, Rubbertino, 1995, pp. 405-415.

— *A Universidade e o Estado Novo. O caso de Coimbra. 1926-1961*, Coimbra, MinervaCoimbra. 1999, 296 pp.

---

<sup>63</sup> "Tal é o pano de fundo melancólico deste fim de século. Aqui estamos nós confinados a um horizonte único da história, empurrados para a uniformização do mundo e para a alienação dos indivíduos à economia, condenados a retardar-lhes os efeitos sem ter qualquer domínio sobre as causas. A história apresenta-se tanto mais soberana quanto nós acabamos de perder a ilusão de a governar. Mas, como sempre, o historiador tem o dever de reagir contra aquilo que assume, na época em que escreve, um ar de fatalidade: está farto de saber que são efémeras essas espécies de evidências colectivas. As forças que trabalham pela universalização do mundo são tão poderosas que provocam encadeamentos de circunstâncias e de situações incompatíveis com a ideia de lei da história. Por maioria de razão com a ideia de previsão possível. Compreender e explicar o passado deixou de ser coisa simples." (*Fascismo e Comunismo*. Tradução portuguesa. Lisboa, Gradiva, 1999).

— “Germanismo e germanofilia numa revista universitária. O *Boletim do Instituto Alemão* da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1926-1943)”, in *Portugal, Indien und Deutschland / Portugal, India e Alemanha. Akten der V. Deutsch-Portugiesischen Arbeitsgespräche / Actas do V Encontro Luso-Alemão (Köln / Colónia – 1998)*. Zentrum Portugiesischsprachige Welt Universität zu Köln – Universidade Nova de Lisboa, 2000, pp.495-509.

— “Da Universidade única à(s) universidade(s) do século XXI”, conferência pronunciada no dia 20 de Junho de 2000, na Aula Salinas do edifício histórico da Universidade de Salamanca, por altura da inauguração do “Paseo de Coimbra”, no Campus Universitario Miguel Unamuno, in *Miscelánea Alfonso IX*, Salamanca, Centro de Historia, Universidad de Salamanca, 2000, pp. 59-72.

— “As Universidades em Portugal. História, organização, problemas”, in *Universia. O Portal dos universitários*, <http://www.universia.pt>.

— “Edad Contemporánea: hacia la(s) universidade(s) del siglo XXI”, in Luís E. San Pedro Bezares (Coord.), *Historia de la Universidad de Salamanca*, vol. III. 2, *Saberes y confluencias*. Salamanca, Ediciones Universidad, 2006, pp. 1147-1160.

— “De...1969 a 1989. A Universidade : os riscos do neo-corporativismo e do neo-liberalismo”, in *69. Pretextos para...*, Coimbra, 1989, pp. 69-73.

— “Da(s) Crise(s) e do(s) mito(s) da(s) Universidade(s)”, in *Revista de História das Ideias*, n.º 12, Coimbra, 1990, pp. 7-17, e in *Revista da FAEEBA*, Ano I, n.º 1, Janeiro-Junho 1992, “Universidade”, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), pp. 21-29 (publicado também com o título “Crises das Universidades. Dos mitos tradicionais e modernos à consciência de transformação”, in *Congresso de Coimbra*, vol. I, Coimbra, 1991).

— *Caminhos e contradições da(s) Universidade(s) Portuguesa(s). Centralismo e autonomia. Neoliberalismo e corporativismo*, Cadernos do CEIS20, n.º 1, Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20), 2000. 54 pp.

— *A Universidade e as «condições» da Imaginação*, “Cadernos do CEIS20”. Coimbra, CEIS20, 2008, 31 pp..